



A formulação do pensamento neoliberal na América Latina em perspectiva comparada: o pensamento econômico de Eugênio Gudín (Brasil), Martínez de Hoz (Argentina) e Sergio de Castro (Chile)

Marcos Taroco Resende
Graduando Ciências Econômicas
Universidade Federal de São João del-Rei
marcostaroco07@hotmail.com

Múcio Tosta Gonçalves
Doutor em Ciências Sociais
Departamento de Ciências Econômicas
Universidade Federal de São João del-Rei
mucio@ufsj.edu.br

Resumo: A implantação de políticas econômicas neoliberais é um tema importante nas agendas dos movimentos sociais e dos Estados na América Latina desde os anos 1990. Pouco, porém, tem sido discutido acerca de uma formulação latino-americana do pensamento neoliberal. A análise da formulação de ideias neoliberais no Brasil, Argentina e Chile permite inferir que a implantação do neoliberalismo e as formulações teóricas que a embasam foram e são frutos do jogo de forças políticas heterogêneas que sustentaram e sustentam as distintas coalizões governamentais que dirigiram os processos de consolidação dos Estados Nacionais nos três países. Os autores analisados permitem compreender que o projeto neoliberal não é coerente e único devendo ser entendido no âmbito dos conflitos políticos e ideológicos nacionais e internacionais que o institucionalizam.

Palavras-chave: Pensamento Econômico; Neoliberalismo; Estado latino-americano.

Resúmen: La implantación de políticas económicas neoliberales es un importante tema en las agendas de los movimientos sociales y de los Estados en América Latina desde la década de 1990. Pero hay poca discusión acerca de una formulación latinoamericana del pensamiento neoliberal. El análisis de la formulación de las ideas neoliberales en Brasil, Argentina y Chile permite inferir que la aplicación del neoliberalismo y las formulaciones teóricas que le sirven de base fueron y son resultantes del juego de fuerzas políticas heterogéneas que apoyaron y apoyan las diversas coaliciones de gobierno que han guiado los procesos de consolidación de los Estados Nacionales en los tres países. Los autores analizados permiten comprender que el proyecto neoliberal no es coherente y único, y debe ser comprendido en el cuadro de los conflictos políticos y ideológicos nacionales e internacionales que lo institucionalizan.

Palabras clave: Pensamiento Económico; Neoliberalismo; Estado latinoamericano.

Introdução

A implantação de políticas neoliberais na condução das políticas econômicas é um tema importante nas agendas dos movimentos sociais e dos Estados na América Latina desde os anos 1990. Pouco, porém, tem sido discutido acerca das condições que permitiram uma formulação latino-americana desse pensamento.

Adotando uma perspectiva de análise comparada de três importantes formuladores de ideias liberais e neoliberais do Brasil, Argentina e Chile, argumentamos que a implantação do neoliberalismo no continente e as formulações teóricas que a sustentam foram e são frutos das heterogêneas forças políticas que sustentaram e sustentam as distintas coalizões governamentais que orientaram os processos de consolidação dos Estados Nacionais.

Observando o caso dos três países mencionados, encontramos autores que formularam proposições teóricas e atuaram como agentes políticos no plano econômico e no das políticas econômicas que refletem em sua produção teórica e em sua atuação política a relação entre a discussão do neoliberalismo numa perspectiva própria da América Latina e o quadro econômico e político que, entre as décadas de 1945 e 1990, caracterizou-se pela recorrência do autoritarismo.

Na prática, os autores analisados permitem compreender que o neoliberalismo não é um projeto coerente e único, e que a tese da reconfiguração da relação entre o Estado e o “mercado” não é uma fórmula simples, devendo ser antes compreendida nos quadros dos conflitos políticos e ideológicos nacionais e das suas relações com um dado quadro institucional internacional.

Os autores analisados: breve biografia

Eugênio Gudín nasceu no dia 12 de julho de 1886 no Rio de Janeiro e faleceu no dia 24 de outubro de 1996. Teve educação pré-universitária no Colégio Abílio em 1894, no Internato Brasileiro-Alemão de Petrópolis em 1895 e concluiu os estudos no Ginásio Fluminense de Petrópolis no ano de 1899 (SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Pertencia a uma família de comerciantes franceses que se instalou na cidade no ano de 1839. A linhagem familiar pertencia à antiga nobreza de Orleans, cujo alguns membros também serviram ao exercito francês por muitos anos (SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Formou-se originalmente em Engenharia Civil na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mas migrou para o estudo da economia como autodidata. Foi nomeado professor de Economia monetária na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, posteriormente incorporada à Universidade do Brasil (atual UFRJ), lugar em que, juntamente com Octávio Gouveia de Bulhões, fundou o primeiro curso superior de Economia no país (BIELSCHOWSKY, 1995, DOELLINGER, 1978; SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

Na Fundação Getúlio Vargas (FGV), Gudín e Bulhões formaram um núcleo de pesquisa de caráter liberal (o Instituto Brasileiro de Economia – IBRE) e assumiram na década de 1940 e no início de 1950 a direção de duas importantes revistas acadêmicas nacionais: a Revista Brasileira de Economia e a Conjuntura Econômica. Além de atuar em diversos órgãos administrativos do Estado, Gudín possuía também experiência no “setor” privado como engenheiro civil (no Rio de Janeiro e no Nordeste, especialmente) e em empresas de energia elétrica no Brasil, que possuíam participações de capitais estrangeiros (BIELSCHOWSKY, 1995; SCALERCIO; ALMEIDA, 2012).

José Alfredo Martínez de Hoz nasceu no dia 13 de agosto de 1925 em Buenos Aires, mesma cidade onde faleceu no dia 16 de março de 2013. Procede de família espanhola que, ao migrar para a Argentina, gerou pecuaristas (estancieiros), comerciantes (incluindo de escravos e de mercadorias ilegalmente traficadas junto aos ingleses) e políticos. Seu bisavô, avô e pai foram presidentes da Sociedade Rural Argentina. Seu avô foi governador de Córdoba e embaixador no Brasil e teve tios ocupando cargos de Ministro em vários governos nacionais (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

Martínez de Hoz teve sua educação pré-universitária em escolas públicas e se graduou como advogado em 1950 na Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires. Foi nesta mesma universidade que doutorou-se em Direito. Posteriormente realizou um Mestrado em Direito Comparado na Universidade de Cambridge, na Inglaterra (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

Em sua trajetória no “setor” privado exerceu a profissão de advogado e consultor jurídico e dirigiu empresas pecuaristas, de seguros e bancos, tendo ocupado cargos de direção na Companhia Ítalo Argentina de Eletricidade, na Petrosur S.A. (1964-1972) e na Acindar *Industria Argentina de Aceros* (1968-1976) (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

Foi um dos fundadores do *Consejo Empresario Argentino*, que presidiu, bem como dirigiu o *Centro Internacional de Investigaciones Económicas* (de 1970 a 1974), a *Fundación de Investigaciones Económicas Latioamericanas* (no mesmo período) e a *Acción Coordinadora de Instituciones Empresarias Libres* (de 1958 a 1962). Foi também docente na Universidade de Buenos Aires e na Universidade El Salvador, na capital portenha. Antes de desempenhar tais funções de representação patronal foi fundador ele presidiu o *Ateneo da Juventud Democrática Argentina* entre 1946 e 1947 tendo sido diretor da revista DEMOS (de 1946 a 1956) publicada por essa agremiação – e em torno da qual conseguiu reunir um grupo de pessoas que posteriormente ocupariam cargos no Estado argentino, tal como ele (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

Martinez de Hoz iniciou sua carreira como funcionário de Estado como Ministro da Economia, Finanças e Obras Públicas do governo de intervenção da Província de Salta (1956-1957) e presidente da Junta Nacional de Grãos (1957-1958), tendo sido posteriormente Secretário de Agricultura e Pecuária e Ministro da Economia do governo de José María Guido (1962-1963) e do governo de Videla (1976-1980) (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

Ele desenvolveu estreitos laços de confiança com a cúpula militar, que utilizou a Acindar para práticas repressivas tendo sido montado nas instalações dessa empresa o primeiro centro clandestino de detenção de lideranças sociais e políticas dos trabalhadores e dos considerados contrários ao governo ditatorial (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

Em 1984 foi acusado do sequestro de dois empresários. O processo que se arrastou desde então contou com uma absolvição durante o governo de Raul Alfonsín e um indulto pelo presidente Carlos Menem, atos que foram anulados em 2006. Em 2010 teve decretada a prisão preventiva, que morreu em seu domicílio cumprindo essa pena (MARTÍNEZ DE HOZ, 2016).

O economista chileno Sergio de Castro Spikula nasceu em 1930, filho de uma família de imigrantes europeus (neto de avós espanhóis, iugoslavo e italiana). Seu pai foi comerciante e empresário, tendo vivido na Bolívia durante a infância do filho. Sua educação pré-universitária foi realizada em um colégio “moderno” (que recebia internos e possuía uma vocação orientada para a educação anglo-saxônica, apropriada para uma elite modernizada) e em Vancouver (FERMANDOIS, 2007).

Com a morte do pai, retornou ao Chile onde estudou Engenharia Comercial e Economia e posteriormente doutorou-se em Economia na Universidade de Chicago (1957), tendo pertencido à primeira geração dos *Chicago Boys* (FERMANDOIS, 2007). Foi professor da Escola de Economia da

Universidade Católica do Chile, tendo sido decano da mesma entre 1965 e 1968. Foi um dos fundadores da *Cofradía Náutica del Pacífico Austral* em 1968 (que supostamente serviu de fachada para operações subversivas preparatórias do Golpe de Estado de 1973) (MEMÓRIA CHILENA, 2016).

Após a Reforma Universitária realizada em 1968, saiu da Universidade Católica do Chile e juntou-se a outros economistas no CESEC, que foi responsável entre 1972 e 1973 pela redação de *El Ladrillo*, ideário econômico que estabeleceu as linhas teóricas que serviriam de base para a política econômica do governo que sucedesse Salvador Allende (MEMORIA CHILENA, 2016).

Foi assessor do Ministro da Economia Fernando Léniz (de 1973 a 1974), Ministro da Economia, Fomento e Reconstrução entre 1974 e 1976 e, a partir de 1977, Ministro da Fazenda. No “setor” privado dirigiu as empresas Soquimich (1988-1992), Cintac, AFP Provida, Banco de A. Edwards, Banco Osorno e da Copesa. É atualmente membro do Conselho Diretor do *Centro de Estudios Públicos* e da Faculdade de Administração e Economia da Universidade Católica do Chile (MEMORIA CHILENA, 2016).

Estado/Mercado: leituras comparadas sobre economia, sociedade e ditaduras em Gudin, de Hoz e Castro

As transformações políticas e econômicas ocorridas no Brasil após 1930 colocaram em embate diversos grupos da classe dominante em torno do apoio à intervenção do Estado, ao nacionalismo e à industrialização e aqueles que eram resistentes do processo de transformação estrutural então em curso na economia brasileira. Grosso modo, a controvérsia correspondia à oposição entre os que defendiam o “Planejamento” versus os que defendiam o “Liberalismo Econômico” (DOELLINGER, 1978; BIELSCHOWSKY, 1995).

No fim do Estado Novo, o debate entre as “visões” desenvolvimentistas do setor privado (representada por Roberto Simonsen) e neoliberal (de Eugênio Gudin) marcou o pensamento econômico brasileiro. Bielschowsky (1995) enfatiza que Gudin foi o mais célebre representante do pensamento econômico neoliberal no Brasil ele não pode ser compreendido apenas como um autor que se debruçou sistematicamente sobre problemas teóricos e sim como alguém que procurava na teoria elementos que permitissem a análise da realidade econômica brasileira como uma economia subdesenvolvida.

Em certo sentido, a forma como as interpretações propostas pelo autor analisado foram construídas derivam do seu autodidatismo – isto é, por não ter sido um acadêmico de Ciências

Econômicas em qualquer dos níveis de educação formal na área, Gudin soube apreender e interpretar a teoria liberal e o discurso neoliberal traduzindo-os para o contexto brasileiro tal como ele o observou.

Borges (1996) analisou as obras do autor e identifica que um conceito fundamental no pensamento gudioano é o de “capitalismo naturalista”, expressa em uma defesa das “positividades” do sistema econômico capitalista e na definição de seus “males sociais” como naturais.

Por capitalismo naturalista o autor referia-se ao *laissez-faire* que, ainda segundo ele, teria possibilitado o progresso econômico e a hegemonia da Europa no mundo no século XIX (BORGES, 1996). O dinamismo econômico e as melhores condições de vida proporcionados pelo capitalismo representam um passo a frente na história da humanidade em face da estagnação da Idade Média, sendo os “males sociais” eventualmente decorrentes do progresso econômico um efeito natural da civilização industrial, que ainda não tinha tornado possível resolver o problema da distribuição de renda. Em outros momentos Gudin enfatizou que os trabalhadores foram beneficiados pelo aumento do salário real, uma vez que o bem-estar é medido em termos de poder de consumo de mercadorias (noção comum da economia liberal) (BORGES, 1996.).

Para Gudin o capitalismo é insubstituível e é o melhor modo de organização econômica e social (BORGES, 1996). Assim, como exemplo disso, ele afirmou que a Grande Depressão - que desmantelou a “harmonia liberal” do século XIX, decorreu de fatores eminentemente políticos, especificamente da I Guerra Mundial, prejudicando a evolução natural do capitalismo (BORGES, 1996).

Preocupação incessante de Gudin, a inflação seria resultado da uma situação de pleno emprego, pela qual concebia passar a economia brasileira. Desta forma a inflação é relacionada com “(...) a noção de excesso de demanda, enfatizando os aspectos da expansão de crédito e déficits orçamentários públicos (...) ainda complementada pela ideia de inflação de custos baseada em elevações de salários” (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 44).

Essa noção é expressa por Gudin (1978a, p. 95) por meio de três princípios, assim resumidos: 1) Na situação de pleno emprego dos fatores de produção, estímulos a novos investimentos ocasionaria apenas elevação do nível de preços, e não o aumento real da produção; 2) Numa situação de inflação e pleno emprego, é necessário estancar a inflação e não aumentar a produção pois o desequilíbrio original está no excesso de dinheiro; 3) Nas mesmas condições, novos investimentos levariam à inflação, pois a desejada expansão da capacidade da produção tem como contrapartida a elevação de salários e da procura na economia, daí decorre uma necessidade de frear os investimentos, especialmente os públicos.

O combate à inflação era vista como pré-condição essencial para a preservação do sistema de mercado e o alcance da máxima eficiência desejada da livre movimentação das forças de mercado (GUDIN, 1978a, 1978b; BIELSCHOWSKY, 1995).

No tocante ao comércio exterior Gudin vinculava-se à “tradição” teórica dos princípios das vantagens comparativas na divisão internacional do trabalho (BIELSCHOWSKY, 1995; BORGES, 1996). Para a última autora, essa vinculação está inscrita também no conceito de capitalismo naturalista, pois Gudin crê que é natural e faz parte da lógica de equilíbrio do sistema que os países menos desenvolvidos exportem essencialmente matérias-primas e produtos agrícolas e comprem produtos industriais das nações mais ricas (BORGES, 1996).

O autor defendia a vocação agrária da economia brasileira. Segundo as palavras do autor: “Não há mais fervoroso adepto da agricultura do que eu (...). O Brasil deve ser o celeiro do Mundo, uma vez ganha a batalha dos cerrados” (GUDIN, 1982 *apud* BORGES, 1996, p. 246).

Gudin afirmou que a teoria econômica tradicional necessitava de adaptações para o entendimento das economias subdesenvolvidas latino-americanas – principalmente em aspectos ligados à oferta e à demanda dos produtos primários do comércio exterior de cada país subdesenvolvido (BIELSCHOWSKY, 1995).

De acordo com Bielschowsky (1995), a interpretação feita pelo autor passava por identificar certas singularidades de oferta, da demanda, dos preços e das elasticidades nas realidades econômicas subdesenvolvidas, para sugerir medidas compensatórias pela intervenção no comércio exterior. Mas ao contrário da tese da “deterioração dos termos de troca” de Prebisch, que buscava atenuar o desequilíbrio estrutural externo e estimular a industrialização e o planejamento, as medidas que Gudin defendia buscavam a preservação da estabilidade cambial e financeira para que os mecanismos de mercado pudessem atuar com “máxima eficiência econômica” (BIELSCHOWSKY, 1995).

Para Gudin, o reconhecimento de algumas fragilidades das economias subdesenvolvidas não implicava na necessidade de uma nova ciência para a realidade estudada, mas fazia parte do esforço de reafirmação dos postulados clássicos do livre comércio. Segundo ele “(...) não pode haver uma CIÊNCIA ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA, como não há uma física ou uma matemática latino-americana” (GUDIN, 1965, *apud* BIELSCHOWSKY, 1995, p. 70-71, destaque no original).

Segundo Bielschowsky (1995) a omissão ou oposição às políticas industrializantes da época não implica considerar que o autor era contrário à industrialização. Na verdade, Gudin entendia que uma

industrialização *limitada* poderia ser benéfica pela diversificação econômica e pela atenuação das oscilações cíclicas nas relações entre oferta e demanda que poderia produzir. No mesmo sentido, Doellinger (1978) enfatizou que o autor entendia que as indústrias poderiam se desenvolver desde que tivessem produtividade e capacidade de competição no mercado internacional sem medidas protecionistas fornecidas pelo Estado.

A industrialização, porém, não era tida como a chave central do desenvolvimento econômico, como concebiam os desenvolvimentistas, e deveria exercer um papel limitado. Gudín baseava-se na noção de que a industrialização deveria ser gerada fundamentalmente pelo aumento da produtividade do setor agrícola, que possibilitaria a liberação da mão de obra – em condições de pleno emprego, e daria passo a um processo lento e leve de transformação econômica (BIELSCHOWSKY, 1995).

No contexto da proliferação de grandes projetos de empresas estatais nas décadas de 1940 e 1950, Gudín não afirmou que o Estado nada tem a ver com a economia, mas seu conceito de Estado - inspirado, mas não exatamente igual ao dos economistas liberais clássicos, foi uma adaptação às condições econômicas do século XX (BIELSCHOWSKY, 1995; BORGES, 1996).

Segundo Gudín, em função da evolução do sistema econômico foi-se exigindo do Estado a criação de novas instituições e de um maior “policiamento” estatal os quais, por sua vez, não deveriam invadir o campo da iniciativa privada. O Estado deveria dar suporte à iniciativa privada, estabelecer um clima de negócios favoráveis ao progresso econômico, instituir e preservar o valor da moeda, executar obras públicas, prestar serviços públicos (principalmente educação), defender a segurança nacional, conceder créditos seletivamente, dentre outros incentivos (GUDIN, 1978a, 1978b; BORGES, 1996). A crítica feita pelo autor é que o Estado não deve participar diretamente dos empreendimentos econômicos, ocupando os espaços do mercado (GUDIN, 1978a, pp. 84-85; GUDIN, 1978b, p. 227).

Segundo Gudín (1978a), no debate que ocorreu no âmbito das entidades de representação patronal e do Estado na década de 1940 em torno da necessidade da planificação da economia brasileira como forma de aumentar a renda nacional, Gudín criticou tal proposição como uma tendência ao socialismo (capitalismo de Estado) e uma ameaça à democracia brasileira e à economia de mercado. Isso porque mecanismos de controle estatal e o planejamento guiado por interesses protecionistas tomariam espaços da iniciativa privada, que na opinião de Gudín possuía capacidade para realizar empreendimentos econômicos (GUDIN, 1978a, p. 80; BIELSCHOWSKY, 1995; BORGES, 1996).

Gudin (1978a, p. 80) é enfático ao afirmar que não há como conciliar a economia liberal, a livre concorrência e a democracia política com o capitalismo de Estado, a eliminação da propriedade privada dos meios de produção e o totalitarismo – seguindo, segundo expressou, o ideário Stalin e de von Mises!

Em relação ao protecionismo, a maior crítica de Gudin (1978a, 1978b) é que ao contrário de experiências bem sucedidas como a da indústria alemã no século XIX, o modelo adotado no Brasil tinha pretensões de se eternizar, o que impediria a indústria nacional de criar independência e capacidade de competição no mercado internacional. A tutela do Estado ocasionaria elevação de preços que satisfaziam interesses privilegiados (e, segundo o autor, reacionários!) de grupos e associações industriais ineficientes e impediria que os consumidores tivessem acesso aos produtos da concorrência externa, corroendo o custo de vida da população brasileira (GUDIN, 1978a, p. 80; GUDIN, 1978b, p. 220; BIELSCHOWSKY, 1995).

A análise realizada até aqui diz respeito ao pensamento econômico do autor entre as décadas de 1920 e 1950. Quanto ao seu papel político e às suas análises econômicas no período do regime autoritário brasileiro (1964-1985), é importante indicar que o tom geralmente ácido e crítico que caracterizou sua intervenção pública anterior foi amenizado e que suas considerações foram ponderadas para significar no máximo “conselhos” ou “advertências” (BORGES, 1996).

Na percepção de Gudin, a revolução de 1964 foi um movimento patriota que derrotou um “governo sujo” que desestabilizou econômica e socialmente o país e que apoiou a “subversão”. Já os problemas econômicos decorrentes da política econômica implantada pela Ditadura brasileira foram explicados em termos da herança deixada por Getúlio Vargas e João Goulart, e assim relativizados como “pequenos enganos” (BORGES, 1996).

A perspectiva do autor recai no ponto que os governos democraticamente eleitos a partir da Revolução de 1930 foram mal escolhidos e sua administração pública lamentável, tendo recorrido à intervenção econômica no mercado e à estatização, bem como ao xenofobismo contra o capital estrangeiro. Contudo, isso não significa uma mudança de eixo, conforme analisou Borges (1996). Segundo a autora, Gudin continuou mantendo a idéia de que é o “fator político” o que:

(...) determina a crise, a inflação, enfim todos os tipos de distúrbios. Ou seja, a economia continua a ser enxergada como o *locus* da racionalidade e o político, o da irracionalidade, reafirmando sempre a incapacidade das massas determinada pela ausência de educação educada para escolher os dirigentes competentes (BORGES, 1996., p. 232).

Conforme descrito anteriormente, Martínez de Hoz foi um advogado que ingressou no campo da direção empresarial e na política e, daí, tornou-se um dos mais importantes artífices da implantação do neoliberalismo na Argentina. Curiosamente, seus primeiros escritos foram sobre direito e história agrárias, tendo escrito sobre economia apenas após seu período como ministro da ditadura (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

A base do “pensamento” do ministro foi apresentada de fato em 1976, quando da implantação do *Programa de Recuperación, Saneamiento y Expansión de la Economía Argentina*, que tinha como premissas fundamentais as seguintes: sanear monetária e financeiramente o Estado como condição indispensável para a modernização e expansão do aparelho produtivo nacional sem inflação; acelerar a taxa de crescimento econômico; e promover uma “razoável” distribuição da riqueza, preservando o nível dos salários em função da produtividade da economia (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981). Essas eram as bases para combater a inflação, a dívida externa e a recessão, o que o ministro denominou de três incêndios que destruíam a economia nacional (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

Distintamente de Eugênio Gudín, o ministro argentino não se envolveu de forma acadêmica direta com o debate sobre a economia e a política econômica até que tivesse se tornado um membro do governo. As idéias de Martínez de Hoz estavam assentadas na percepção tipicamente liberal segundo a qual o bem estar humano deve ser a meta da gestão econômica (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981). Para tanto, ainda segundo ele, deve-se atentar para as faces espiritual e material do bem estar. Na primeira, são os valores da liberdade (e por extensão a iniciativa individual e a criatividade), da justiça e da solidariedade que devem nortear a ação do gestor econômico. Na face material, a ação individual é a verdadeira fonte da riqueza (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981).

Como corolário dessa percepção, a promoção do crescimento, ou a reativação da economia nacional, passaria pela reinserção da Argentina na nova divisão internacional do trabalho, adotadas as premissas da teoria das vantagens comparativas produzidas pelo setor agropecuário e minerário. Nesse sentido, não seria possível dar continuidade ao processo de industrialização como fonte da dinâmica econômica nacional.

Para garantir o modelo de crescimento proposto, tendo no setor primário o eixo da dinâmica econômica, a proposta do ministro é de atrair inversões estrangeiras, consideradas essenciais para “reducir el costo social del proceso de capitalización del país y acelerar su tasa de crecimiento” – com a

expectativa que os capitais estrangeiros aportassem essencialmente nos setores agropecuário e mineral (em especial no ramo de exploração do petróleo).

Na prática, a política econômica adotada pela equipe econômica sob a direção do ministro foi malfadada. Isso levou a constantes reorientações na estratégia de combate à inflação com oscilações na intervenção estatal sobre os preços das mercadorias, em especial do dinheiro, aparentemente ao menos contrariando em alguns momentos o ideário pregado por Martínez de Hoz.

Mas prevaleceu a tese da liberdade de mercado, expressa sintomaticamente na reforma financeira levada a cabo em 1977, que criou um “mercado livre do dinheiro”, com as taxas de juros sendo definidas por meio da oferta e da demanda de dinheiro, com garantia do Banco Central e com medidas de fomento para os depósitos (aplicações) a juros, facilidade para instalação de novas empresas bancárias e financeiras e privilégios para bancos do interior da Argentina.

Como argumentou Baschetti (2004), as idéias econômicas de Martínez de Hoz basearam-se sobre “(...) dos premisas fundamentales: la subsidiaridad del Estado y la apertura económica”. Do ponto de vista da formulação de uma agenda neoliberal, a primeira premissa parte do suposto que “(...) **la actividad productiva correspondía al ámbito de los negocios particulares**, siendo allí el Estado una malformación congénita que debía desaparecer” (BASCHETTI, *op. cit.*, p. 4, negrito no texto original), enquanto em relação à segunda o que se vislumbrava era a noção da perfeição do mercado, que premia melhor os mais capacitados, e por isso não há que se proteger a indústria nacional num contexto de internacionalização.

De acordo com o General Videla, na apresentação de livro escrito pelo seu então ex-ministro, a experiência proporcionada por Martínez de Hoz na gestão da economia argentina foi inspirada “(...) en la defensa de la libertad que es el bien más preciado que Dios ha conferido al hombre” (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981, p. 7).

Uma das principais consequências dessa gestão foi o aumento do custo do dinheiro, o que produziu um efeito recessivo profundo, tendo em vista o custo crescente do pagamento das dívidas empresariais e do capital bem como da manutenção de estoques. O Ministério combateu tal situação com a regulação da quantidade de moeda, aumentando a intervenção estatal na economia. Já em 1978 a estratégia econômica do ministro deu indícios de ser um fracasso total.

Mas, segundo Martínez de Hoz (1981):

(...) El saneamiento y sinceramiento de la economía argentina que se intentó, con la consiguiente exigencia de un cambio de mentalidad, hábitos y actitudes para realizar transformaciones profundas, sólo tiene justificación en nuestra más íntima convicción de que ello era en favor del interés general de la Nación por encima de los intereses particulares o sectoriales (MARTÍNEZ DE HOZ, 1981, p. 9).

Sergio de Castro, mais do que como Gudín e distintamente, portanto, de Martínez de Hoz, fez sua carreira como acadêmico e militante político, para a partir daí galgar postos no governo e tornar-se o arquiteto do modelo econômico chileno (de acordo com ARANCIBIA CLAVES; BALART, 2007) ou um dos títeres de uma nova direita chilena, que ultrapassou o conservantismo das elites tradicionais (MÖNCKEBERG, 2006).

Conforme Correa, as ideias dos *Chicago Boys* chilenos possuem raízes no projeto de modernização capitalista que a direita chilena pretendeu implantar no país desde os anos 1950, objetivo que não foi alcançado sob a liderança de Jorge Alessandri e teve que esperar até após o Golpe comandado por Pinochet.

Para de Castro (s.d.), as políticas econômicas adotadas durante o meio século anterior ao Golpe militar foi fundada em erros que teriam que ser reparados. Segundo ele, na publicação considerada a fundadora do modelo chileno de gestão econômica, e tendo em vista que a realidade social e econômica do governo da Unidade Popular “(...) era tan absolutamente catastrófica”, ele contribui para formular as ideias ora apresentadas por terem havido “(...) experimentado, en mayor o menor medida, dependiendo del grado de entendimiento y convicción personal, una cierta erosión intelectual y política” (DE CASTRO *et al.*, 1992, p. 11).

Esses erros correspondiam às políticas de promoção “forçada” da industrialização via substituição de importações e de controle de preços (internos e do câmbio) para atender a demanda por artigos de consumo não duráveis. As consequências, ainda segundo o ex-Ministro, foram o desincentivo à produção de bens de baixo preço e o déficit na Balança de Pagamentos, o que gerou por sua vez a restrição ao mercado externo (pela via da proibição de importações ou aumento de impostos) e o aumento da produção interna de bens suntuários (DE CASTRO, s.d., p. 11).

A gestão de Castro foi baseada na promoção de distintas reformas de corte neoliberal: entre 1973 e 1974 foi concedida liberdade de preços, redução de impostos e promovidas privatizações (incluindo “re-privatizações” com a “devolução” aos antigos proprietários de empresas que foram estatizadas durante o

governo de Allende); entre 1974 e 1976 foi promovido um severo ajuste econômico, o que levou o Produto Interno Bruto - PIB diminuir 12% e a produção industrial reduzir-se 28%.

O trágico é que, para o ex-Ministro, o resultado “valioso” dessa experiência para os chilenos é que as reformas econômicas produziram: independência e seguridade nacional; liberdade para os chilenos (que poderiam a partir daí desenvolver plenamente suas potencialidades); igualdade de oportunidades e justiça social (entendidas como “la igualdad de acceso a aquellos bienes y servicios que determinan las posibilidades de vivir en forma digna y con perspectivas de progreso”) (DE CASTRO, 1979, pp. 9-10).

Primeiras conclusões

Tendo em vista os elementos anteriormente apresentados, algumas primeiras considerações a título conclusivo podem ser apresentadas. O presente trabalho teve como propósito verificar em que medida existem elementos de similaridade entre os argumentos tecidos pelos três autores elencados.

Do ponto de vista das suas biografias, tais elementos podem ser apresentados como segue:

1. Origens familiares associadas à migração (França, Espanha), que fizeram “fortuna” no novo mundo (abastadas) e vinculadas a mecanismos de representação de interesses.
2. Formação universitária em Engenharia e Direito, com “especializações” em economia, nos distintos períodos relatados, podem sugerir que para esses intelectuais e representantes de interesses a questão da produção e da reprodução material tornou-se um eixo central da sua concepção de mundo.
3. Gudin e Castro claramente usaram a carreira universitária como condição para participar do debate público.
4. Membros de elites locais.

Do ponto de vista dos elementos essenciais das suas obras, destacam-se os seguintes elementos:

1. Produção teórica liberal aplicada a problemas do desenvolvimento local ou nacional em países “periféricos”, tendo em vista especialmente o que eram considerados os principais problemas do desenvolvimento (inflação, formas de inserção internacional, industrialização).
2. Perspectivas políticas constituídas inicialmente a partir de um embate político realizado em um campo “democrático” – ainda que formal (Gudin) *versus* um embate político sustentado por um golpe (Hoz; Castro) e a favor da produção de um golpe (Castro).

3. Produção conceitual original (Gudin) *versus* reprodução conceitual com base nos ideais liberais (Hoz) e neoliberais estadunidenses (Castro).
4. Defesa do capitalismo como forma “natural” e “superior” de organização econômica e social (Gudin; Hoz; Castro).
5. Divisão internacional do trabalho = vocação agrária (Gudin; Hoz) *versus* subordinação ao sistema financeiro internacional (Hoz; Castro).
6. Adoção de uma leitura de um “etapismo” na interpretação do processo de desenvolvimento econômico.
7. Interpretações dos golpes militares para os quais trabalharam direta e indiretamente como formas de salvacionismo contra governos “sujo” (Gudin), “marxista” (Castro) ou ineficientes (Gudin; Hoz; Castro).

Referências

- ARANCIBIA CLAVEL, P.; BALART, F. **Sergio de Castro, el arquitecto del modelo económico chileno**. Santiago de Chile, Biblioteca Americana: 2007.
- BASCETTI, R. **Martínez de Hoz, el socio del silencio**. s.n.ed., 2004.
- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.p. 33-34.
- BORGES, M. A. **Eugênio Gudin: capitalismo e neoliberalismo**. São Paulo: Bienal/Educ, 1996.
- DE CASTRO, S. **Exposición sobre el estado de la Hacienda Publica**. s.n.ed. Enero de 1979.
- DE CASTRO, S. **De Castro enfrenta las criticas**. Que Pasa, Santiago de Chile, s.d.
- DE CASTRO, S. **"El Ladrillo"**; bases de la politica economica del gobierno militar chileno. Santiago de Chile: Centro de Estudios Publicos, 1992.
- DOELLINGER, C. Von. Introdução. In: GUDIN, E.; SIMONSEN, R. **A controvérsia do planejamento da economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1978.
- GUDIN, E. Rumos de Política Econômica. In: GUDIN, E.; SIMONSEN, R. **A controvérsia do planejamento da economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1978a.
- GUDIN, E. Carta à Comissão de Planejamento In: GUDIN, E.; SIMONSEN, R. **A controvérsia do planejamento da economia brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPEA, 1978b.
- MARTÍNEZ DE HOZ, J. A. **Bases para uma Argentina moderna 1976-80**. Buenos Aires, 1981.



Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina
ISBN: 978-85-7205-159-0

MÖNCKEBERG, M. O. **Sobre la espalda de Chile**. La Nación, Santiago de Chile, 16 de diciembre de 2006.

SCALERCIO, M.; ALMEIDA, R. **Eugênio Gudín**: inventário de flores e espinhos - um liberal em estado puro. Rio de Janeiro: Ed. Insight, 2012.